

ACTA NÚMERO 10
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2007

Aos 24 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete, reuniu, pelas 9.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Celso Pimenta de Freitas, Dra. Angelina Teixeira e o senhor Dr. José Ribeiro da Costa Nunes, respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, Eng. Carlos Silva, Dr. Ricardo Martins, Dr. Amadeu Magalhães, respectivamente Presidente e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Celso Pimenta de Freitas, Abel dos Santos Afonso, Eugénia Maria Moura Teixeira, Ercília Gonçalves da Costa, Pedro Cunha, Abel Coelho, Acácio Carlos Silva Magalhães, António Jorge Pereira da Silva, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Alcino Carvalho, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Alberto Joaquim Sampaio Pinto, Olivia da Conceição Carvalho, **Manuel Cândido Mendes Costa**, Raimundo Magalhães Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Maria Rosa Castro Estebainha, Eduardo Oliveira Pinheiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Cândido Moreira, Joaquim Baldaia, José Manuel Azevedo, António Jorge Vieira Ricardo, Marco Tiago Carneiro, Carla Babo, Maria José Quintela Castelo Branco, Armindo Rui Monteiro Barbosa, José Augusto Carvalho Pinto da Silva, Luís Miguel Magalhães Ribeiro, António Alcino Norte Simões, Sérgio Lima da Cunha, António Teixeira Mendes, Pedro Simão Mota Marinho, **Carlos António Carvalho**, Manuel António Carvalho Nogueira, Manuel Costa Azevedo, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro, Fernando Carlos Gonçalves Cerqueira e António Júlio Vasconcelos Moreira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura
ATAIDE – Lino Manuel S. Macedo

BUSTELO – Manuel Ribeiro da Lage
CANADELO – Manuel Claro
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
CARNEIRO – Joaquim Briga
CEPELOS – Américo Paulo Silva Ribeiro
CARVALHO DE REI – Ilidio Pinto
CHAPA – António Cândido Pinheiro
FIGUEIRÓ (S. TIAGO) - Daniel Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – António Magalhães Teixeira
FREIXO DE BAIXO – Armando Moura Maia
FREIXO DE CIMA – Abilio Neves
FRIDÃO – José Joaquim Magalhães Teixeira
FREGIM – **José Guedes de Carvalho**
GATÃO – Joaquim Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
S. SIMÃO - Eduardo Monteiro Pinheiro
JAZENTE – Manuel da Silva Pinheiro
Lomba – Paulo Vasconcelos
LOUREDO – Carlos Mendes Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – **Joaquim António Pinheiro**
MANCELOS – José Ribeiro da Costa Nunes
OLIVEIRA - José Leite Vieira
OLO – Manuel António Leite Ribeiro
PADRONELO – Luís Ribeiro da Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
SALVADOR – António Pinheiro
SANCHE – Henrique Jorge Monteiro
TELÕES – Angelina Rosa Pinheiro Teixeira
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – Abilio Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho

Contados os elementos presentes na sala, verificou-se que havia quorum para se poder dar início aos trabalhos.

Seguidamente foi dada a conhecer a correspondência que se encontra em pasta própria arquivada no processo desta sessão da Assembleia Municipal.

Seguidamente deu entrada na mesa um Voto de Pesar, que foi lido e que a seguir se transcreve:

“Vai sendo um bom costume esta Assembleia reconhecer o trabalho, o carácter e relevância social dos filhos de Amarante que vão desaparecendo e reafirmar, na hora da partida, o apreço que os representantes eleitos têm para com o trabalho desenvolvido em vida.

Faleceram, recentemente, o senhor professor Antunes de Magalhães e o senhor Francisco Cardoso.

O primeiro, pela sua dedicação ao município como Vereador, como Deputado Municipal, como delegado Escolar, como co-fundador de algumas instituições sociais, para além do seu enorme carácter e a sua seriedade no exercício das funções; o segundo pela sua disponibilidade e apoio à divulgação da obra de Amadeo, pela responsabilidade que tem na afirmação do nosso museu, merecem que nos curvemos perante a sua memória.

Em conformidade com o exposto, a Assembleia Municipal de Amarante, em reunião ordinária do dia 24 de Fevereiro, delibera:

1. Apresentar às respectivas famílias as suas condolências.
2. Guardar um minuto de silêncio em respeitosa homenagem aos falecidos."

Este voto de Pesar foi subscrito por todos os líderes com representação na Assembleia Municipal. Foi de imediato posto à votação tendo sido aprovado por UNANIMIDADE. Foi guardado um minuto de silêncio.

Seguiu-se o **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes deputados:

DR - ANTÓNIO SIMÕES - BE

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

"No último referendo os portugueses responderam "sim" de forma clara e inequívoca, dando desta forma um passo de gigante no reconhecimento da maioria das mulheres deste país e ao mesmo tempo um passo de gigante na disputa do seu direito de participar nas grandes decisões que marcam uma transformação política profunda.

Apesar de todas as tentativas de lançar a confusão que os defensores do "não" foram ensaiando ao longo da campanha eleitoral, hoje não resta qualquer dúvida de que a opinião da maioria é a de que as mulheres que não podem ou não querem - porque é cedo de mais ou porque é tarde demais; porque a vida não deixa ou o coração não lhes permite levar a termo uma gravidez incipiente - não são criminosas.

Acabou o tempo em que o sistema de crenças de uma parte da população se impunha a todos como poder de lei, e colocava o Estado no papel de inquiridor público da intimidade, de acusador das escolhas mais difíceis, de castigador de vidas já de si castigadas.

Demorou mais de 30 anos para derrubar um outro muro de clandestinidade e acabar com a solidão mais pungente das mulheres que não tinham outra saída que não fosse a de se deixar enredar nas redes e nos riscos do aborto clandestino.

Prestamos aqui a nossa homenagem a todas as mulheres e homens que com o seu voto afirmativo, ajudaram a derrubar mais uma barreira que teimosamente se interpunha no caminho do nosso país em direcção ao

século XXI e assim, embora lentamente vai-se cumprindo a promessa emancipatória de Abril”.

Seguidamente questionou o senhor Presidente da Câmara, relativamente à reorganização da rede escolar, perguntando-lhe se a Câmara foi ouvida? Em caso afirmativo qual o sentido do seu parecer?

Perguntou também se as obras que estão a decorrer na Quinta da Calçada – abertura ou alargamento de caminhos e construção de muros em espaço classificado no PDM como espaço verde, têm ou não licença da Câmara?

SR. JULIO MOREIRA – PSD

O senhor Júlio Moreira, fez a seguinte intervenção

“Senhor Presidente, cinco são os tópicos que hoje aqui trago, e para os quais gostava de obter algumas respostas.

- 1 – Património histórico da Serra da Aboboreira
- 2 – Energia eólica
- 3 – IMI
- 4 – Eco- Clubes
- 5 – Biomassa, versus bio diesel

Em relação ao primeiro, gostaria de saber se a curto prazo com maior aposta, poderemos sonhar com uma serra da Aboboreira, aproveitada turisticamente na sua maior riqueza. O Património histórico.

Como sabe, senhor presidente uma s simples gravuras em Foz Côa, abalaram com um projecto grandioso, já com dezenas de milhões gastos. Aqui na nossa serra temos exemplos seguramente mais ricos, completamente inaproveitados. Dado que o senhor Presidente é um amante da cultura, não compreendo toda esta passividade. Baião bem mais pobre, continua só nesta caminhada.

Naturalmente que outra das suas riquezas inaproveitada, é precisamente a sua energia eólica, porque uma impede a outra.

Penso que vão sendo horas de nos decidirmos seriamente em relação a estas duas vertentes, ou corremos o risco de mais uma vez passar-mos ao lado de uma riqueza, que muito poderia contribuir para o desenvolvimento do nosso concelho e daquela região.

Em relação o terceiro, o Imposto Municipal sobre os artigos rústicos, penso que também vão sendo horas de utilizarmos esta arma como sendo uma das fortes possibilidades de pormos os proprietários a pensarem a sério na valorização dos seus artigos, ou a desfazerem-se deles.

Acho que só a criação de grandes associações florestais, devidamente organizadas, podem dar respostas a tão grande problema e as verbas deste imposto, poderiam contribuir fortemente para este fim. A floresta está a ser vítima dos modernismos impostos pelos homens e ao Homem muito naturalmente cabe a responsabilidade de criar mecanismos para minorar os impactos de todos estes erros.

E já que estou a falar da criação de mecanismos, falo-vos de Eco- Clubes. Aqui está outra grande aposta, que nos poderá trazer bons frutos dentro de toda esta área.

Nasceram na Argentina e estão a dar os primeiros passos aqui no Mindelo. São compostos por jovens e crianças de 1 aos vinte e cinco anos, orientados por um formador e estão vocacionados para os problemas ambientais e sociais. Deu a conhecer as áreas em que os Eco-Clubes apostam. Gostava de lançar aqui um desafio a todos os nossos Presidentes de Junta, no sentido de se deixarem entusiasmar pela constituição de ecoclubes nas suas freguesias. Podem começar por sensibilizar os seus próprios filhos, os seus sobrinhos, os amigos ou outros quaisquer familiares.

Já tivemos aqui, este ano, um grande encontro de Janeiras, porque não um grande encontro de ecoclubes para trocarmos experiências e testemunhos?

Se um quinto das nossas freguesias aderirem e criarmos oito, já seremos a maioria absoluta em Portugal, e se fizéssemos de Amarante o primeiro concelho do país em termos ambientais, penso que só teríamos motivos para nos orgulhar de tal facto.

Em relação ao 5º ponto, não nos podemos esquecer da grande importância da transformação dos resíduos florestais, não só pela riqueza que podemos criar, mas sobretudo pela sua contribuição, para um melhor ordenamento florestal”.

DR. ABEL AFONSO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que a sua intervenção era motivada pelo recente e último comunicado do Partido Socialista. Depois de o ler rapidamente concluiu que os deveria chamar de intocáveis, insubstituíveis, os sábios, os únicos, entre outros epítetos. Entre as várias baboseiras a que se referem, salienta a referência ao comportamento errático do PSD e ao seu papel na oposição. Por ventura não foi sempre o PSD um partido democrático sujeito a sufrágio eleitoral para os seus órgãos directivos? Por ventura não disputou sempre de forma leal, sem truques de magia, sem populismo todas as eleições nacionais ou locais? Lembrou a todos os presentes a determinação e objectividade com que o PSD defendeu a sua própria candidatura dando um contributo imprevisível à preservação da democracia no concelho?.

O comunicado do PS exige que se diga hoje que há 2 ou 3 factos que são o corolário lógico das últimas eleições locais. O movimento Amaramarante prestou um enorme serviço ao PS. Isso, é reconhecido por todos os comentaristas e analistas políticos. Foi graças àquela candidatura que o PS ganhou as eleições. É pois tempo do senhor Presidente da Câmara pública e cordialmente agradecer a vitória ao senhor Avelino Ferreira Torres.

O PSD bateu-se e bate-se pela liberdade de opinião, pela manutenção de eleições livres em Amarante. O PSD continuará a orientar a sua candidatura sem estar amarrado a condicionalismos, como o foi nas últimas eleições locais. Continua ainda a sê-lo pelo fantasma do populismo. A lembrança vezes sem conta neste salão nobre é um embuste em que não podemos cair sob pena da queda ter para o PSD consequências mortais. Os factos dificilmente se repetem. O PSD deve

fazer a oposição que mais lhe convier e acabar de vez com o triunfalismo do PS, de novo rumo à vitória às custas do PSD.

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado fez as intervenções que a seguir se transcrevem:

Exmo. Snr. Presidente da Mesa da Assembleia, gostaria de começar esta locução, manifestando o meu e do meu partido, profundo desagrado, pelo que se está hoje a passar nalguma Comunicação Social escrita em Amarante.

A transparência e a lisura deontológica exigida aos profissionais da Comunicação Social, deve ser irremediavelmente cumprida sob pena da Democracia pluralista a que todos nos devemos empenhar na defesa e consequente cumprimento, possa falhar.

Estou a evidenciar uma atitude que consideramos menos digna de um Jornal Local. O Repórter do Marão.

O PSD emitiu um texto que pediu para ser publicado, mas que por critério do seu director, foi remetido para o formato de publicação digital. Respeitamos na íntegra o critério...

Apenas nos revoltamos, e isso nunca poderíamos aceitar, quando vemos um Comunicado do Partido Socialista ser impresso e publicado na íntegra e à posteriori, no mesmo Jornal. Houve aqui uma clara dualidade de critérios.

Um é remetido para um interior formato digital, que sabidamente não tem a leitura que poderia ter quando impresso, o outro é distribuído em papel.

Isto não é correcto.

Salvaguardando o respeito pessoal que considero mútuo pelo seu Director, sem ousar apelidar de pasquim ou outro, pensamos que configura mesmo grave erro ou omissão. Caso para apreciação da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Contudo e para já, não o iremos fazer

Creemos que estamos acompanhados neste protesto pelo PS.

Pois repetidas vezes e aqui, ouvimos críticas ferozes a um outro Jornal, o Tribuna de Amarante, e essas, muitas delas extemporâneas e infundadas. Pois quanto sabemos, o referido Jornal nunca se negou a qualquer publicação, apenas não recebia pedidos nesse sentido.

Assim neste acto solidário que cremos sentir, Snr. Presidente da Mesa, gostaríamos que ficasse registado em acta este triste e inconsequente cometimento jornalístico”.

“O Grupo Municipal do PSD, após ver publicado um Comunicado assinado pela Comissão Política Concelhia do Partido Socialista em Amarante, nos diversos órgãos da Comunicação Social, não pode hoje e aqui, fórum por excelência para o debate político, deixar de apresentar a seguinte

reflexão, perante o mesmo Partido socialista e seus legítimos representantes nesta Assembleia Municipal e que divulgaremos pela Comunicação Social.

- O PSD de Amarante, em toda a acção política que executa, aceita naturalmente e em primeira instância, que a leitura dessa acção política possa ser acolhida de forma diferenciada e até mesmo rejeitada. Apesar de todo o exercício a que nos propomos ser previamente pensado e programado, percebemos que a sua eficácia pode por vezes ser subentendida, ineficaz ou até falível.

- O PSD tem como entendimento imediato, e partindo dos seus próprios princípios, que esta lógica superlativa do quotidiano político é transversal, atravessando por isso todos os quadrantes políticos.

- Acontece porém, e para nosso espanto, algo que nunca imaginávamos ver acontecer: Um comunicado do Partido Socialista, a rebater a interpretação da acção política de um partido, que mais não tem por motivo do que esclarecer e alertar para um tema que preenche a preocupação diária dos Amarantinos. Falamos naturalmente do encerramento de um hospital e da esperança e das expectativas que todos depositamos e queremos bem acompanhadas, num outro novo, a criar.

- Claro que o PSD depois de assistir ao esvaziamento de serviços como a EDP, a Telecom, a PSP, a linha do Tâmega, de perceber as duvidosas alterações funcionais do GAT, da ameaça da alteração da GNR e do Tribunal da Comarca, vendo o seu último e mais regional serviço de prestação de cuidados de saúde a toda uma região ser atingido, nunca poderia em circunstância alguma ficar imobilizado, passivo e acreditar no bom senso e diálogo, dos que para os casos citados nada resolveram.

- Por essa razão, o PSD de Amarante promoveu a manifestação do 25 de Abril, manifestação essa na qual o senhor Presidente da Câmara e o Partido Socialista estiveram presentes, apesar de afirmarem no seu comunicado recente que tal manifestação não seria a forma mais correcta de actuar perante o problema do encerramento da maternidade. A presença na manifestação vem desta forma contrariar o que afirma o Partido Socialista no seu comunicado, o que dispensa comentários adicionais sobre a coerência política de quem o escreve.

- É importante ainda lembrar que por proposta da Assembleia Municipal, foram mandatados o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, para defenderem a posição do concelho nesta questão onde tal se revelasse importante. O PSD teve ainda a iniciativa de convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária, precisamente por não querer que o problema do hospital sofresse da mesma passividade que o executivo socialista tem revelado noutras questões.

- A decisão anunciada pelo Ministério da Saúde, só vem confirmar a justiça do que o PSD de Amarante vem defendendo há vários anos, ao contrário do que defendia até bem pouco tempo o Partido Socialista: justifica-se a criação de um novo hospital em Amarante.

- Assim, e querendo deixar desde já bem claro que a nossa postura na política não é compatível com uma forma de actuação baseada no ataque pessoal ou na arrogância, nem agora nem para o futuro, iremos responder marcadamente a qualquer forma de comunicado ou ataques pessoais.

- Contudo, sem atender ao objecto do seu conteúdo, não podemos é aceitar, em nome de uma pretensa mas falaciosa autoridade e de forma unilateral, em tom arrogante, chegando mesmo a roçar o injurioso, ouvir ou ver escritos tais impropérios.

- Aconselhamos então, a Comissão Política do Partido Socialista a converter os 10 pontos descritos no seu comunicado, numa espécie de 10 mandamentos de boa observância e de apropriada conduta interna e gastar, isso sim, as suas energias numa boa e equilibrada gestão Camarária, o que há muitos anos não acontece.

- Os Amarantinos poderão ter a certeza de que nada nos demoverá dos objectivos que nos propusemos e estamos determinados a executar, que são defender sempre o Concelho e todas as suas mais necessitadas valências, seja contra ou a favor de qualquer governo.

- O PSD tem dado muitas e irrefutáveis provas do bom senso a que se obriga na gestão da sua Política para o concelho. Em nome de um executivo estável na CMA, tudo faz para que a dialéctica política nunca se sobreponha à clarividência colectiva, abdicando mesmo de uma política própria que foi sufragada nas urnas e que como oposição maioritária acompanhada, poderia e deveria ser atendida.

Mas como sempre dissemos, Amarante estará sempre primeiro, mesmo antes do Partido”

SR. CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra, pôs várias questões ao senhor Presidente da Câmara. Quis saber qual a participação da Câmara nos estágios profissionais?

Referiu-se à forma negativa como, mais uma vez Amarante aparece nos meios de comunicação social, nomeadamente na TVI, a propósito do sinal sonoro de sinalização que foi colocado na passagem de nível na linha de comboio na Tranqueira. Referiu também o programa da SIC “Nós por cá”, onde foi mostrada uma reportagem acerca do estacionamento de autocarros na Rotunda da Vinha. Nessa reportagem, o senhor Presidente, referiu que não havia necessidade de um terminal rodoviário, porque Amarante não tem aeroporto, nem metro. Então para que foi ali colocado

um outdoor a anunciar a construção de um terminal? Não será isto populismo? Serviu o cartaz apenas para ajudar a ganhar eleições?

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – INDEPENDENTE

No uso da palavra, começou por referir-se ao Plano de Pormenor do Arquinho/Queimado. Passaram 12 anos e afinal a verdade vem sempre ao de cima. O arquitecto Célio Costa, nada fez, facto aliás já reconhecido pelo Senhor Presidente da Câmara. Todas estas situações podiam ter sido evitadas. Houve em todo este processo muita hipocrisia, porque na altura de ser discutido seriamente o assunto, ninguém apareceu.

Quanto ao terminal rodoviário, disse que era altura de repensar todo aquele projecto. A reunião vai tratar hoje da aquisição dos terrenos na zona do Salto. Espera bem que não se cometam os mesmos erros que se cometeram no Queimado. Acha muito bem que se preveja o futuro para se não cair nos mesmos erros. Há ainda hipótese de corrigir todos os males. Se se vier a construir o terminal rodoviário, vai chegar-se á conclusão que não vai ficar resolvido o problema e mais uma vez vai ser dada uma machadada no futuro de Amarante.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, começou por referir-se à intervenção do Dr. Abel Afonso e do Engenheiro Alberto Sampaio, dizendo-lhes que não retira nada ao que disse no comunicado inserto na imprensa local. Esse comunicado foi publicado não como artigo de opinião mas sim como publicidade paga. O comunicado do PSD não é sério. É meritório e de louvar a negociação que o senhor Presidente da Câmara fez com o governo para o novo hospital. É preciso que todos reconheçam isso. Não foi o PSD com as manifestações que conseguiu isso. Iguais situações passaram-se nos outros concelhos e não adiantou nada. Amarante não deve nada ao PSD, a não ser algum apoio moral. Não devem arvorar-se em protagonistas do processo. Terminou a intervenção dizendo-lhes que procedendo conforme procederam arriscam-se a ter a resposta que tiveram.

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que foi entretanto esclarecido pelo director do Repórter de Amarante que o dito comunicado foi ali publicado como publicidade. Aceita a explicação mas continua a entender que não há aqui muita lisura por parte da imprensa.

Não está muito preocupado com o conteúdo dos artigos do PS, mas sim com a arrogância que eles contém. A forma como são escritos é que o preocupa. Porque é que o PS não actua da mesma forma aquando da perda das outras valências do município. Ninguém pode tirar o mérito ao PSD, por ter envolvido toda a população na manifestação. O comunicado do PSD é sério e serviu para lembrar o papel que tiveram neste processo.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, referiu-se à intervenção anterior dizendo ao Eng. Sampaio que o PS paga os comunicados, coisa que afinal parece que o PSD não faz. Disse-lhe também que não foi por se ter feito muito barulho que se conseguiu para Amarante aquilo que se vai conseguir. Se tivesse sido seguida a estratégia do PSD não se tinha conseguido fazer nada. O PS não se vangloria de mérito, mas não admite também que outros o façam. O mérito foi todo do Presidente da Câmara. De uma vez por todas vamos todos reconhecer isso.

DR. PEDRO CUNHA - PSD

No uso da palavra, começou por dizer que não ia entrar na guerra dos comunicados. A manifestação, se foi feita pelo PSD, foi bem aproveitada pelo senhor Presidente da Câmara, que aparece nos meios de comunicação social agarrado a uma tarja a desfilar pelas ruas de Amarante. O discurso que fez, embora tendo sido assobiado, também surtiu algum efeito. Por outro lado o senhor Presidente foi um crítico pelo facto dela não ter sido alargada a outros concelhos. Claramente o PS esteve longe da manifestação. Claramente o PS não pactuou do interesse que a manifestação poderia ter para Amarante. Pactuou sim da publicidade que a manifestação trouxe a alguns elementos do PS. A isto chama-se hipocrisia política. Referiu-se também ao facto de ninguém ter falado de Zeca Afonso, e no esquecimento de que ele foi alvo nesta assembleia por parte dos arautos da democracia. Perante todos os comunicados e as suas guerras apetece-lhe parafrasear o Zeca: “é preciso avisar a malta”.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso começou por dizer que julgava que ia ficar sozinho na defesa do hospital, mas afinal o PSD apareceu.

Respondeu de seguida ao senhor deputado Dr. Norte Simões, dizendo-lhe que apesar de tudo ficou contente com o resultado do referendo em Amarante. Vendo onde ganhou o Sim e as percentagens do Não, em termos de região norte temos de ficar satisfeitos com a votação em Amarante. Apesar de ser ter votado Não, foi dos concelhos do norte onde houve maior votação no Sim.

Referiu de seguida os agrupamentos escolares de Amarante, disse que não faz grande sentido que hajam agrupamentos horizontais. O ideal é que os agrupamentos agrupem desde o jardim de infância até ao terceiro ciclo do ensino básico. Em Amarante, existem dois agrupamentos horizontais. Existe o de S. Gonçalo e o de Odres, em Travanca. O de S. Gonçalo, apesar do bom trabalho que tem feito, quando fosse criada uma nova escola EB 2,3, em principio extinguir-se-ia, e seria criado um agrupamento vertical integrando essa nova escola. Fazer a articulação do Odres com uma escola preparatória EB2,3 de Amarante não faz sentido

porque os alunos daquela zona, em principio, vão todos para o Externato de Vila Meã. Como o Externato é privado não há razão para que seja a cabeça do agrupamento, embora na prática faça a articulação com o agrupamento.

Quanto ao licenciamento das obras que estão a decorrer na Quinta da Calçada, pensa que estão a ser executadas com licenciamento. Mas, mais tarde a Dra. Octávia explicará todo o processo.

Respondeu de seguida ao senhor Júlio Moreira, dizendo-lhe que relativamente à serra da Aboboreira, devemos preservar e não explorar. Para fazer o que se tem feito é melhor não fazer nada. O ideal seria fazer uma intervenção estruturada. Foi recentemente arrumado um monumento em Bustelo, monumento esse que até hoje ninguém sabe onde pára. Não se devia neste momento mexer na Serra da Aboboreira sem haver um plano estruturado para toda aquela zona. Já houve uma reunião para que tudo isso ficasse devidamente tratado. A Câmara de Amarante e de Baião tem dado sempre parecer negativo à instalação de torres de energia eólica na serra. Para aquela zona era preciso um projecto comum que entusiasmasse os três concelhos envolvidos. É preciso elaborar um projecto que entusiasme os Presidentes da Câmara envolvidos e os senhores Presidentes de Junta.

Quanto ao IMI, prédios rústicos, serão agora uma responsabilidade e uma receita das Juntas de Freguesia. As freguesias lá saberão como tratar desse assunto.

Quanto aos Ecoplus entende que a ideia é interessante. Existem alguns em algumas escolas. Eles devem ser criados, não para fazer retórica, mas efectivamente para defender o ambiente.

Quanto às centrais de Biomassa, julga que serão projectos interessantes, até porque a energia que eles podessem produzir podia ser introduzida na rede de distribuição, sabendo-se que o transporte dessa energia é muito cara. Há hoje hipótese de fazer outros aproveitamentos para a floresta. Se todos os investimentos que estão previstos fossem executados não haveria a muito curto prazo matéria prima para o fazer funcionar. Se todas as centrais de Biomassa programadas pelo governo fossem construídas, não haveria na zona norte material lenhoso suficiente para as manter a funcionar. Há um projecto mais antigo de construção de uma central na zona de Cabeceiras de Basto. Se vier a concretizar-se poderá eventualmente interessar a Amarante, até porque poderá criar algum emprego.

Respondeu de seguida ao senhor deputado Dr. Abel Afonso, dizendo-lhe que se não tivesse havido a candidatura do Senhor Ferreira Torres, provavelmente o PS tinha ganho com maioria absoluta. Os resultados só provaram que em Amarante houve muita gente que se deixou enganar. O eleitorado do PSD tem uma parte muito volúvel. O PSD limitou-se a atacar sempre o PS, não procurando nunca afirmar-se.

A campanha que fizeram, incluindo os SMS dos últimos dias, levou a que os resultados os tivessem colocado em terceiro e o AFT em segundo lugar.

Disse seguidamente ao senhor deputado Engenheiro Alberto Sampaio que sempre houve da parte do PS a liberdade para publicar na

imprensa aquilo que fosse necessário, assim como da parte da imprensa sempre houve liberdade de publicar aquilo que entendessem. Cada um está no seu campo. Ele próprio, enquanto Presidente da Câmara, nem sempre é muito simpático com a imprensa, mas também nem sequer entra nesse jogo perigoso. Se o PSD quer fazer passar a ideia que há da parte do PS um controle da imprensa, está a fazer passar uma informação falsa. A imprensa quando está presente, seja em que acto for está a trabalhar, daí que não devam ser lembradas nos inícios de qualquer intervenção.

Quanto à questão do Hospital, disse que o PSD teve medo do êxito da manifestação e não quis fazê-la sozinho. O PS esteve na manifestação de corpo inteiro e na altura teve a coragem de dizer o que muito bem entendeu mesmo sabendo que ia ser assobiado. Já lá vai o tempo de andar a enganar as pessoas com slogans. Temos de ser cada vez mais racionais. O mundo sempre andou para a frente quando foi racional e sempre regrediu quando foi emocional. Devemos falar a verdade às pessoas e não usar os gastos slogans do costume. Se não temos coragem para exercer os cargos não nos candidatamos. Devemos por de lado de uma vez por todas o populismo serôdio. Há ainda quem entenda que fazer política é andar por aí com slogans populistas e enganadores.

O discurso populista do líder da Juventude Social Democrata, na altura foi do mais baixo que há. Com tão má prestação, o PSD sente-se agora mal, porque afinal vamos ter um hospital novo com novas e mais especialidades.

Quanto ao novo hospital, disse aos presentes que vai ter de funcionar de outra maneira. O actual hospital não tem só virtudes. Não é justo nem honesto dizer-se que se não tivesse havido a manifestação, não teríamos um novo hospital. Agora, não se preocupe o PSD porque ainda faltam 3 anos para termos de novo eleições e só com o início da construção é que poderão surgir alguns efeitos eleitoralistas.

Respondeu de seguida ao senhor deputado Carlos Carvalho, dizendo-lhe que os estágios deviam ser feitos nas empresas. Devia o senhor deputado direccionar o discurso para aí. O interesse é integrar os jovens estagiários no mundo do trabalho.

Quanto ao problema da passagem de nível, a Câmara limitou-se a receber as queixas dos cidadãos e remeteu-as à REFER. Esta estudou as queixas e criou entretanto a situação que agora lá está. Agora, certamente não vai querer que a Câmara exija à REFER que acabe com o comboio. Relativamente ao programa da SIC, não entendeu o senhor deputado aquilo que foi dito na reportagem. Na altura não falou num centro coordenador de transportes mas sim num terminal rodoviário, porque esse é preciso. O que vai ser construído é uma estação de camionagem e não um parque para autocarros. O modelo é semelhante àquele que o PSD queria em tempos fazer nas traseiras do Edifício do Salto. Saudou o senhor deputado Jorge Pereira da Silva, dizendo-lhe que já deu a volta por todos os quadrantes, mas volta sempre à velha questão de não ter estacionamento para o seu posto de combustíveis. É essa a sua preocupação e mais nenhuma outra.

Usou de seguida de novo a palavra o senhor deputado **Dr. Norte Simões do BE**, usando a figura de defesa da honra, agradecendo ao senhor Dr. Pedro Cunha o facto de o ter lembrado de Zeca Afonso. Uns tem memória, outros seguem-na com acções nomeadamente tomadas na Assembleia.

Usou também da palavra o senhor deputado **Carlos Carvalho do PSD**, dizendo que se lembrava perfeitamente daquilo que disse no dia da manifestação. Repete que os amarantinos não pretendem só morrer em Amarante. Também pretendem nascer. Perguntou de novo qual a postura da Câmara no que diz respeito aos estágios profissionais. Quanto à central parece-lhe que quem percebeu mal foi o senhor Presidente da Câmara. A postura da JSD segue os critérios que entende ser correctos, não ofende ninguém, simplesmente defende os seus próprios ideais. Aquilo que foi dito na manifestação foi para defender o interesse dos amarantinos.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi dada a palavra à senhora Vereadora Dra. Octávia Clemente, que acerca das obras que estão a decorrer na Quinta da Calçada, referiu que aí estão a decorrer dois tipos de obras. Decorrem umas obras classificadas no espaço urbano área verde que consolidam e reconstroem uns muros de suporte aos acessos à quinta. As obras foram devidamente autorizadas pela Câmara e estão a ser fiscalizadas. Estão também a decorrer obras no complexo da Calçada, em espaço urbano consolidado que tem a ver com a construção de uns campos de ténis e umas instalações sanitárias de apoio à piscina. Também tem licença.

Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

PONTO Nº 1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE DEZEMBRO DE 2006

Usaram da palavra relativamente a este ponto os senhores:

DR. ABEL AFONSO – PSD

No uso da palavra, relativamente a este ponto, disse que lamentava a forma como são feitas as actas. As transcrições daquilo que é dito pelos intervenientes nas sessões da Assembleia não corresponde à verdade. No que a si diz respeito, nada do que é dito na acta tem nexos. Deve efectivamente ser transcrito aquilo que é dito com o rigor necessário, para que as pessoas percebam. O que é transcrito para a acta em relação ao que ele diz, é de um idiota. Será que não gravam as intervenções? Se gravam, então alteram-nas intencionalmente? Disse que daqui para a frente tudo que disser será por escrito. Se tivesse falado conforme o que ali está escrito, o senhor deputado Medeiros Pinto não tinha percebido nada do que ele tinha dito, nem teria respondido logo de imediato. As transcrições têm que ser directas e não levar arranjos linguísticos. Disse

por exemplo que alguns exames médicos não chegaram a tempo ao Centro de Medicina e como tal não foram inscritos a tempo os atletas. Foi isso que foi dito e não aquilo que está transcrito. Se é para continuar a fazer assim as actas, é melhor não as fazer.

Entretanto, o senhor Dr. Celso disse-lhe que uma acta não pode ser uma transcrição de tudo o que é dito. Não deve imputar intenções que os outros não têm. O senhor deputado faz afirmações maldosas.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi de imediato posta à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA - 4

ABSTENÇÕES - 12

VOTOS A FAVOR - 37

A senhora deputada, Dra. Eugénia Moura, fez uma declaração de voto, dizendo que as actas são a sua luta desde o início. Aquilo que é transcrito é muito pobre e não espelha aquilo que efectivamente se passa. Como não teve tempo para analisar os documentos, não votou favoravelmente. Subscrive aquilo que foi dito pelo Dr. Abel Afonso.

PONTO Nº 2 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Usaram da palavra os senhores:

DR. EDUARDO PINHEIRO - PS

No uso da palavra, começou por realçar as verbas destinadas às actividades sociais como por exemplo o Programa Vida Emprego, virado para a recuperação dos toxicodependentes e o Programa Amaranite Vida Longa, destinado a jovens a partir dos 55 anos e que conta com 130 inscritos. Um outro programa, o Progride destina-se à inclusão social. Pelo facto de ter verbas bem definidas e programas concretos a leitura deste relatório é muito fácil.

O mapa de endividamento municipal demonstra qual é efectivamente o endividamento a que a Câmara pode chegar, e pela sua leitura verifica-se que dos 22 milhões de euros permitidos, apenas se utilizaram até agora 13 milhões de euros. Mesmo com a nova lei das finanças locais, essa capacidade pode ir aos 45%. A estimativa que foi feita para a capacidade total de endividamento não podia até agora entrar com a participação no IRS. Os novos valores, se um dia forem discutidos e aprovados, vão ter muito influência nessa capacidade de endividamento, penalizando se calhar as pessoas singulares que pagam IRS.

Terminou a intervenção dizendo que a capacidade de fazer obra no futuro continua intacta, pelo que permite à Câmara, em face dos números apresentados continuar a fazer obra.

SR. CARLOS CARVALHO - PSD

Perguntou qual a situação actual da Casa da Juventude? Para quando a abertura? Para quando a reunião com a Movijovem?

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que mais uma vez persiste-se em não acatar a lei, nomeadamente o artigo 68º, nº 4 da Lei 169/99 de 18 de Setembro. Persiste-se pois em não cumprir a lei, que é de uma clareza brutal. Como é possível a Assembleia exercer uma acção fiscalizadora se não são fornecidos os elementos necessários para o fazer? Na sua óptica o relatório não permite uma acção fiscalizadora porque não se cumpre a lei.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por dizer ao Dr. Eduardo Pinheiro que a questão do IRS no endividamento municipal não se põe por agora, porque a variação nas taxas de IRS só entrará em vigor em 2009. De acordo com a nova lei das finanças locais houve uma diminuição da capacidade de endividamento do município e é por isso mesmo que a dívida actual, que não se agravou, representa uma percentagem maior da capacidade de endividamento, uma vez que o tecto baixou. Disse também que sempre foi um defensor da actual lei das finanças locais, porque ela cria um instrumento de competitividade territorial através da lei fiscal e obriga a que a administração seja mais transparente e mais eficaz. É pena que não venha a poder fazer-se o mesmo com o IRC. Mas também se compreende que assim seja porque muitas vezes a sede fiscal é diferente da sede social.

Em relação à questão levantada pelo senhor Carlos Carvalho devo dizer que já foi feita uma reunião com a Movijovem. Vai ser apresentada uma proposta para a ocupação das instalações. Se não aceitarem terá de ser o município a explorar o espaço. Se a Movijovem o vier a explorar, provavelmente será integrado nas Pousadas da Juventude de Portugal. O município deixará de ter um encargo na sustentação daquele equipamento, e através dessa parceria conseguiremos taxas de ocupação diárias razoáveis.

Quanto à questão levantada pela Dra. Eugénia Moura, disse-lhe que continua a pensar que está a cumprir a lei. Quanto às contas das sociedades em que o município participa serão dadas a seu tempo, isto é, na aprovação dos orçamentos e na divulgação das contas do exercício, possivelmente em Março. Nessa altura trará cópias do relatório e contas para que tenham conhecimento.

O senhor deputado **Carlos Carvalho** usou de novo a palavra para perguntar qual será o papel da Movijovem neste processo. A concretizar-se a exploração por parte da Movijovem que benefícios trará para

Amarante? Em que condições vai ser celebrado o contrato? Disse também que tudo isto devia ter sido planeado, para que, a fazer –se um contrato com a Movijovem se podesse adaptar o edifício às necessidades por eles pedidas. Será que vão fazer-se de novo obras naquilo que há bem pouco tempo sofreu obras? Porquê tamanho atraso na abertura? Será que são motivos eleitorais?

Outro aspecto que lhe parece de realçar neste relatório é a pouca atenção dada à cultura e ao turismo. Apenas se vêem 7,5 linhas destinadas ao turismo e cultura. Parece-lhe pouco, para se poder colocar Amarante no topo da cultura e do turismo.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer ao senhor deputado Carlos Carvalho que tinha lido um artigo de um Presidente dos Estados Unidos, onde este dizia que em determinado discurso tinha escrito muito porque não tinha tido tempo para escrever menos. Não é pelo número de linhas que se vê a qualidade do discurso. Interessa é que de uma forma sintética se diga o que se vai fazendo. No relatório há inclusivamente muita coisa que não faz sentido ali estar. Não consta por exemplo o arranjo do órgão da Igreja de S. Gonçalo, que vai ser iniciada a breve prazo. Será certamente uma mais valia cultural para Amarante, embora não seja uma candidatura fácil.

A Casa da Juventude está limitada pelo espaço. É pena que quando o PSD comprou o edifício, não tivesse comprado todo o edifício e não só os dois pisos de cima. Houve entretanto um entendimento com os proprietários do rés-do-chão. Se assim não tivesse sido tinham-se criado problemas quase insolúveis. A primeira preocupação foi recuperar aquele património, servindo até de exemplo para outras recuperações. Pensa que a Movijovem vai apresentar uma boa proposta para explorar aquele espaço. Já falou também com o senhor Secretário de Estado da Juventude a quem certamente interessará uma boa proposta.

A Casa da Juventude não está fechada há muito tempo. Acabou há pouco tempo de ser mobilada. Só depois deste processo acabado é que a Movijovem poderá apresentar uma proposta.

Qualquer cedência de património terá de ser deliberada pelos órgãos da autarquia.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE PRÉDIOS RÚSTICOS À SOMARÃO E À PINTO MOREIRA, COM VISTA À EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REMODELAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DO SALTO – NÓ DOS BOMBEIROS

No início da discussão do ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos, o representante do grupo Municipal do Partido Socialista apresentou na mesa uma proposta de alteração ao referido ponto da ordem de trabalhos, designada mais tarde pela letra B, cuja aceitação foi posta á

votação e aprovada por maioria. A dita proposta, que entretanto foi posta à discussão, é transcrita a seguir :

“Relativamente ao ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal – “Análise, discussão e votação da Proposta de Aquisição de prédios rústicos à Somarão e à Pinto Moreira, com vista à execução das obras de remodelação do sistema viário do Salto – Nó dos Bombeiros.” os representantes do Partido Socialista consideram:

1. A deliberação da Câmara assenta numa proposta alternativa, formulada pelo Senhor Presidente da Câmara, de aquele órgão deliberar adquirir todo o terreno onde se inclui o necessário para a execução das obras do sistema viário do Salto/Nó do Queimado, ou a parte estritamente necessária à obra.
2. Que o preço a pagar seja de 37, 50 Euros/m².
3. A Câmara deliberou, por maioria, adquirir a totalidade do terreno, num total de cerca de 20 000 m², pelo preço proposto e submeter à aprovação do órgão deliberativo, como impõe a alínea i) do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro.

Ora, torna-se evidente, da leitura da proposta do Senhor Presidente, que ela se move pela vontade de a Câmara adquirir, desde já, todo o terreno daquela zona, identificada como “terrenos marginais à Ribeira de Real, já que, com ou sem plano de urbanização da Cidade de Amarante, terão de ter uma finalidade de interesse público.” e que eles poderiam ser, desde já integrados “(...) no projecto de execução da eco-pista, a iniciar-se a muito breve prazo.”

Por outro lado, não deixou de nos merecer atenção, quer na proposta do Senhor Presidente, quer na declaração de voto do Senhor Vereador Amadeu Magalhães, a convicção de que, em processo de expropriação, os terrenos conhecerão um valor superior ao determinado pelo perito, Eng. Fernando Cardoso.

Com efeito, a história recente das decisões judiciais, tendo em consideração o disposto no número 12 do artº 26º do Código das Expropriações aprovado pela Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, tem dado razão aos expropriados inconformados e os terrenos, mesmo que situados em RAN ou REN, conhecem valores muito superiores aos valorados pelos peritos que atendem às condicionantes impostas pelos planos de ordenamento em vigor.

A proposta agora apresentada foi aprovada em reunião do executivo em 18/12/2006. Quer o Senhor Presidente, quer o restante executivo, não conheciam, certamente, o acórdão nº 417/2006 do Tribunal Constitucional, publicado na 2ª série do Diário da República nº 238 de 13 de Dezembro que, em resumo, determina

“a) Julgar inconstitucional, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artº 13º da Constituição da República Portuguesa, o artº 26º, nº 12, do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, quando interpretado no sentido de ser indemnizável como solo apto para construção terreno integrado na RAN com aptidão edificativa segundo os elementos objectivos definidos no nº 2 do artº 25º do mesmo Código;”

Face ao teor deste acórdão, e tendo igualmente em consideração que o próprio executivo não considera premente a aquisição de todo o terreno disponível;

que a situação geral do país é de aperto financeiro;

que, apesar de tudo, o terreno se situa numa zona dentro do perímetro urbano

Os representantes do Partido Socialista propõem que esta Assembleia delibere:

1. Adquirir, por negociação, ou por expropriação, apenas o prédio rústico onde se inclui a área necessária à execução das obras de remodelação do sistema Viário do Salto/Nó dos Bombeiros.
2. Que se aceite o preço de 37,50 Euros/m² em processo de negociação.”

Depois de lida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs à votação a sua aceitação para discussão. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

ABSTENÇÕES – 1 do senhor deputado Dr. Pedro Cunha

VOTOS A FAVOR – 66

Usaram então da palavra, relativamente a esta proposta, os senhores:

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, começou por dizer que vinha preparado para discutir a proposta da Câmara. Apareceu uma proposta que vem colocar alguns elementos novos. Para a proposta inicial até ia dizer que não havia necessidade de comprar todo o terreno, porque se assim fosse a Câmara estaria a ceder a chantagem e a pressões inaceitáveis. Esse ponto nesta proposta é positivo porque no fundo diz que a Câmara só deverá comprar o terreno que realmente lhe interessa agora e não é obrigada a compra-lo todo. A avaliação feita pelo Engenheiro Fernando Cardoso parece-lhe generosa porque o terreno é de reserva agrícola. Porque razão se vem pedir a 37,50€? Em relação à expropriação acha que mesmo sem o acórdão do Tribunal Constitucional não se devia nem podia ceder a chantagem. Mesmo que essa expropriação fosse mais cara a Câmara estava ilibada do problema. Deve avançar-se para a negociação que tem por base o preço de 25€, o preço da avaliação. Se assim não for a Câmara deve avançar para a expropriação, reforçada agora pelo acórdão do Tribunal.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra começou por dizer que a compra daqueles terrenos é importante para a Câmara e pensa que a compra vai acontecer. O acórdão do tribunal veio mudar o sentido da negociação. A legislação foi pondo alguma decência nas regras de expropriação, porque logo nos anos a seguir ao 25 de Abril os terrenos eram expropriados por valores irrisórios. Os próprios PDMs colocaram também uma divisão arbitrária na utilização dos solos. O código das expropriações veio introduzir artigos no sentido de que eles sendo de reserva agrícola ou ecológica em termos de mercado não valem nada. Uma injustiça gerou outra injustiça. Essa injustiça foi a que deu origem ao acórdão do Tribunal, porque os tribunais entendem que embora num determinado terreno não se possa construir, ele não perde a capacidade construtiva. Sendo assim, os tribunais tem vindo a decidir avaliar os terrenos de forma exorbitante, o que coloca entraves financeiros a quem pretende fazer obra pública. O tribunal Constitucional não entende assim porque quem não está sujeito a expropriação e tem terreno em reserva agrícola mantém também uma desigualdade visto que o seu terreno porque não passa lá uma estrada continua a não valer nada. Assim é entendido que o nº 12 do artigo 26 do código das expropriações é inconstitucional. Isto cria uma situação nova, nomeadamente neste processo. A Câmara Municipal negociou com os proprietários, que só vendiam o terreno todo por 37,50€, ou se assim não fosse só por expropriação, que é um processo moroso.

Neste momento é razoável que só se compre a parcela onde se insere o terreno necessário. Os 37,50€ da proposta do PS só aparece porque já vem da deliberação da proposta da Câmara. Apesar de tudo é preferível porque é o valor de negociação. Se for entendido devolver o processo à Câmara para uma nova negociação, não lhe podemos também estar a impor um novo preço. É razoável que se aceite esse preço. Por num novo processo de negociação dificilmente esse processo se alterará. O Tribunal Constitucional introduziu alguma justiça nestes processos. Por outro lado a Câmara assim, só vai adquirir o terreno que efectivamente lhe interessa e mais tarde comprará outras parcelas.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra começou por dizer que esta Assembleia tem sido uma assembleia de grandes novidades. A primeira foi o facto de se ter ficado a saber que o PS não teve maioria absoluta porque existiu na campanha eleitoral um Movimento chamado Amarante com Ferreira Torres. A segunda novidade é o facto do Vice Presidente do Partido Socialista estar a tirar o tapete ao Presidente do PS, porque vem uma proposta feita de dentro do PS contra a própria Câmara. Outra foi que Amarante perdeu um centro de Biomassa para o Pinhão que não tem os pinheiros necessários, mas continua-se aqui a não negociar em tempo útil coisas tão importantes para Amarante.

Também o desgostou ouvir o Presidente da Câmara falar da população. Mas o que é isso da população?

Queria de uma vez por todas declarar que na altura que a Casa do Ribeirinho foi comprada, o proprietário, o senhor Melo não vendia os fundos. Mais tarde, o senhor Dr. Acácio Magalhães e o Dr. Armindo provavelmente já como Presidente é que não quiseram comprar os fundos da Casa do Ribeirinho e quem os comprou foi o Zé da Ponte.

O desdizer do Partido Socialista é lamentável. Por outro lado não vai reportar-se à avaliação que foi feita. Porque todos temos memória. Na última assembleia levantou um problema acerca de um assunto que está ali encostado. Referia-se esse assunto a uns taludes que foram avaliados para vender a uma gasolinera, que lá está e a Câmara ainda não recebeu o dinheiro desses taludes Mas a avaliação feita por uma comissão independente, ou melhor dependente da Câmara, constituída pelo Dr. Acácio, o senhor Pinto Monteiro e o senhor Lima, atribuiu áqueles taludes a quantia para aquela altura o preço de 70€. Depois, porque acharam que era excessivo e porque houve um negócio em tribunal, passaram para os 35€ e espantosamente apareceu esta venda a 35€, porque a Câmara não tem moral para comprar os terrenos quando vendeu uns taludes precisamente a 35€. Vivemos numa moralidade, ou isto passa a ser um assalto a qualquer pessoa? Não está, com esta dedução a defender quem quer que seja. O que é também estranho é que a última proposta feita pelo vendedor seja de 2005. Será que em 2 anos não se conseguiu chegar a uma proposta credível e acima de tudo o que o Dr. Abel Coelho diz é que o senhor Presidente da Câmara não tinha conhecimentos rigorosos acerca do terreno que estava a comprar. Alguma coisa está mal. Estudaram mal o terreno? Fizeram mal as contas? Não foram rigorosos na compra do terreno? Queriam comprar mais do que deviam? Parece-lhe que há um compromisso com o vendedor porque senão o assunto não tinha vindo à assembleia. Para que tudo fique claro e transparente e acima de tudo, haja respeito pelas pessoas, todos devíamos deliberar que este ponto regressasse à Câmara para que tudo fosse de novo negociado pela Câmara. Não é uma boa solução estar a tomar uma decisão neste momento, sobre um ponto mal estudado, catastroficamente trazido à assembleia.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – IND.

No uso da palavra começou por dizer que a tomada de posição por parte de um deputado do PS seria evitável. Com este assunto em análise é importante que se diga que mais uma vez a verdade tem de vir ao de cima. Há aqui coisas de que alguém terá de ser culpado. O problema que aqui hoje se coloca é a aquisição de um terreno. É um custo que a Câmara vai ter para investir naquilo que é necessário. Não podemos ignorar situações que deram hoje origem a isto. Há uns anos foi aqui discutida a aquisição de uns terrenos para construção de um pavilhão gimnodesportivo. Nessa altura votou contra. Vamos aqui abrir uma excepção que vai custar caro. Disse que também também estive no Fundão e ficou agradado com aquilo que lá viu. Da Casa da Juventude só viu o local. Viu uma cidade arrumada e ordenada. Viu um Parque de estacionamento com 312 lugares. Viu um pavilhão multiusos de um

beleza extraordinária. Apela para que o dinheiro seja bem investido. No caso concerto também concorda que são precisos 3200 metros. Mas também está de acordo que se deveria por uma questão de salvaguarda futura adquirir todo o terreno. Ao preço que está hoje a ser discutido parece-lhe um exagero. Quando se fala em custos de terrenos desta exorbitância, lembra novamente o Arquinho/Queimado, e o preço a que foram vendidos aqueles terrenos. O preço não passou de 2 dezenas de milhares de contos. Esse seria o grande investimento que Amarante devia fazer. Não se fez porquê? Não estavam as pessoas atentas? Também votou contra a compra dos terrenos do parque de campismo. A prova está evidente. Foram 16 anos para construir um parque de campismo que custou um milhão de contos. A sua exploração é aquilo que todos nós sabemos. Aquele parque não dá a Amarante aquilo que ela merecia em termos de turismo e riqueza. A Casa da Juventude foi também alvo do seu voto contra, porque na altura o Dr. Amadeu Cerqueira da Silva devia ter comprado tudo. E já nem vai falar do antigo cinema. A central de camionagem do Salto era a primeira obra do PS quando tomou posse. Onde está? Que foi feito dos armazéns da CP? Manifestou-se também na devida altura contra porque quem devia ter tomado conta daqueles armazéns devia ter sido a Câmara, resolvendo com aquele espaço alguns problemas.

Terminou a sua intervenção dizendo que a situação destes terrenos deve ser negociada, não deve ser posta de parte, mas temos todos de perceber que aqueles terrenos não tem de longe nem de perto o valor que se lhe quer atribuir.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra começou por dizer que vinha preparada para questionar a proposta da Câmara. As razões que tinham para discutir a proposta original são também válidas para esta nova proposta. Fundamentalmente consideram que a parcela de terreno de 3208 m² seria suficiente para a construção do novo sistema viário do Salto e também não viam razão nenhuma para a aquisição de outros terrenos. Na proposta dizia-se que poderia ser interessante adquirir esses terrenos. Quando se trata de investir dinheiro público, quando se trata de adquirir terrenos, não podem fazer-se juízos desse género. Devem apresentar-se planos e projectos e só depois ajuizar em conformidade. Se o Partido Socialista não tivesse apresentado esta proposta estariam contra a aquisição da parte restante dos terrenos para além da tal parcela necessária do nó viário. Relativamente à parcela agora em causa a questão que se levanta é a do preço. A avaliação que lhes foi facultada também lhes parece bastante generosa. Considerando esse valor, obviamente teriam de rejeitar a aquisição da parcela pelo valor de 37,50€.

Os argumentos usados pelo senhor Presidente da Câmara, resumem-se ao seguinte: Os terrenos tem uma procura razoável já que se situam dentro da área urbana e a convicção de que pela via da expropriação não se conseguiria um melhor preço. Estes argumentos

parece-lhe não são suficientes para aceitar o valor que é proposto e para ignorar a avaliação feita pelo perito. Em relação ao primeiro argumento há que não esquecer que a parcela de terreno está integrada na RAN e portanto tem um valor que terá de ser tomado em consideração. Quanto ao segundo argumento baseado numa convicção e sem dados objectivos, não o podem aceitar. Quem anda nestas coisas sabe que os tribunais atribuíram valores muito elevados com base em peritagens estranhas. Quando está em causa a aquisição de terrenos com dinheiro do erário público, os critérios tem de ser objectivos e transparentes. No entender do Movimento só uma expropriação, no caso dos proprietários não chegarem a um acordo, é que fixará a justa indemnização, o que daria transparência à aquisição dos terrenos. Por este valor votarão contra.

Concorda com a intervenção do senhor Dr. Pedro quando este aponta para a necessidade de se retirar o ponto em discussão, remetê-lo à Câmara, instruí-lo devidamente, atribuir-lhe novos preços e só depois trazê-lo de novo à Assembleia.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, começou por dizer que vinha à tribuna manifestar a sua perplexidade pela conduta quer do PSD quer pela do Movimento., porque afinal acusaram-no de infidelidade ao Presidente da Câmara e a seguir eles próprios tem infidelidade aos seus próprios vereadores. O PS com fundamento, eles sem fundamento. O fundamento do PS é um novo dado que é uma decisão do Tribunal Constitucional e eles sem fundamento por discordarem do preço.

Tem sido também acusados de serem seguidistas das propostas da Câmara, coisa que até nem é verdade porque, por exemplo, na sessão anterior alteraram uma das propostas da Câmara, o que levou até que alguns deputados tivessem abandonado a sala. Aliás estava também à espera que hoje considerassem ilegal a proposta do PS. Há efectivamente um dado novo do Tribunal Constitucional, que veio alterar todo o processo de expropriação.

A questão do preço parece-lhe uma questão marginal. Aos negociadores ninguém pode impor preços. Também parece claro que os vendedores não vão baixar o preço. A conferencia rigorosa do terreno há-de ser feita e como tal será pago em função dos metros que der. Será óptimo que os proprietários aceitem o preço para os 3208 metros que a Câmara precisa. Não lhe parece que a retirada da proposta seja o caminho a seguir. O terreno está à vista. O valor é conhecido. Então para que retirar a proposta? Se a proposta for aprovada fica desde já decidido que a Câmara só comprará os 3000 metros. Há uma falta de cuidado por parte de alguns senhores deputados na leitura das propostas. O senhor Presidente da Câmara propôs no dia 17 de Dezembro à Câmara Municipal que deliberasse comprar a totalidade do terreno ou a parcela de terreno. A decisão da compra não é antiga. A Câmara decidiu então comprar a totalidade.

Terminou a sua intervenção dizendo que aquilo que o trouxe à tribuna é a separação de poderes. Tem de haver coerência política entre

eles e os vereadores que compõem a Câmara. Há um dado novo que condiciona esta situação e como tal não podemos deixar passar a situação. Está em causa muito dinheiro e as pessoas não lhes perdoariam. Há transparência e lealdade política e não queiram amarrar os deputados do PS a coisas que não existem.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, disse que queria em primeiro lugar ficar esclarecido para depois poder responder ao Dr. Abel Coelho. Perguntou então qual a data da decisão do Tribunal Constitucional. Foi-lhe então dito que essa data foi a 13/12/06. A proposta foi votada na Câmara no dia 18, portanto 5 dias depois da decisão. Também é verdade que esta assembleia municipal foi agendada há 15 dias. Daí que a Câmara devesse saber atempadamente desta decisão, tal e qual teve o Partido Socialista. Como tal, esta proposta não devia ter sido agendada.

Houve tempo e mais que tempo de emendar a mão em relação à situação de trazer aqui esta proposta.

Quando por algum motivo, os deputados do PSD votam contra aquilo que foi aprovado ou votado na Câmara pelos seus vereadores, é um crime de lesa direito e incoerência, quase que um atropelar da democracia. O senhor Dr. Abel também disse uma coisa que não é verdade. Os terrenos estão medidos e muito bem medidos. Uma parcela tem 3212 metros e outra tem 16921 metros quadrados. No que diz respeito à decisão camarária há 3 posições em confronto. Há o voto Sim do Partido Socialista, há o voto Sim dos dois vereadores do Movimento Amaramarante e há uma clara posição do Dr. Amadeu Magalhães que se Absteve. Até agora os deputados do PSD ainda não definiram qual a posição nesta matéria. A única coisa que criticaram foram situações de princípio. O único partido que está a ser coerente neste processo é o PSD. O Vice-Presidente do Partido Socialista está a tirar a água do capote e fazer um trabalho sujo em relação ao Presidente da Câmara que meteu o pé na argola. Isso nunca devia ser feito, mesmo sabendo-se que esta proposta não tem sentido, não tem lógica e foi mal votada. A sua proposta vai no sentido de que haja honestidade mesmo que hajam diferenças. Se a Câmara negociou mal, como agora diz um elemento do Amaramarante, então sejamos coerentes e devolva-se à Câmara a hipótese de renegociar. A Câmara deve resolver todas as questões que tem com o vendedor e então depois trazer uma nova proposta, para que todos a possam votar em consciência.

Entretanto fez entrar na mesa uma proposta, anexa a esta acta, designada mais tarde pela letra C que propunha o adiamento deste ponto da ordem de trabalhos para uma outra sessão. O teor da proposta é o seguinte:

“Atendendo às dúvidas, incongruências e até um mau estudo da problemática da aquisição dos terrenos à Somarão e Pinto Moreira;

Atendendo a que existe um compromisso assumido entre a Câmara Municipal e as sociedades supracitadas; PROPONHO: que seja retirado este ponto da ordem de trabalhos proporcionando à Câmara Municipal a

hipótese da renegociação se assim o entender, da aquisição do dito terreno.”

A aceitação da proposta foi de imediato posta à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 1 da senhora deputada Dra. Ercilia Costa

ABSTENÇÕES – 30

VOTOS A FAVOR – 43 de alguns deputados do PS, PSD e AFT

O senhor deputado Raimundo Magalhães fez uma declaração de voto, dizendo que votou a favor, por um principio de coerência. Votou a favor, para depois poder participar no debate. As propostas devem ser implicitamente aceites se não ferirem a legalidade. Na sua óptica devia ser revista a forma como são apresentadas as propostas, dentro da discussão de um ponto.

O senhor deputado Dr. Norte Simões fez também uma declaração de voto, dizendo que também votou a favor e em consciência e como tal concorda com as palavras do seu antecessor. Esta é uma boa prática.

O senhor deputado Alcino Carvalho, diria também que toda esta discussão vem demonstrar a divergência entre os membros da Assembleia do PS e a própria Câmara. O Presidente deve apenas responder às questões que lhe são colocadas e não tentar orientar o sentido de voto dos membros da Assembleia Municipal

Seguidamente foi colocada à discussão a proposta anteriormente aprovada. Usaram da palavra os senhores:

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, começou por dizer que concorda com a proposta do senhor deputado Dr. Pedro Cunha. Há dados novos. Não se sabe concretamente qual a área que vai ser necessária. Não sabemos por exemplo qual a área de delimitação da REFER. Deve dar-se nova oportunidade aos negociadores, porque há uma nova base para negociação.

DRA EUNGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra começou por dizer que concordava , com a proposta agora apresentada. Há efectivamente dados novos e como tal seria bom que todo o processo fosse repensado. Referiu-se às palavras do Dr. Abel Coelho, quando este se referiu à infidelidade existente entre os membros da Assembleia e os Vereadores do Executivo. Na sua óptica não se trata de qualquer infidelidade, mas tão só de exercer uma actividade fiscalizadora sobre os actos do executivo. Acima de tudo deve ser salvaguardado o interesse público. As posições dos independentes não vão interferir com as suas posições. Agirá sempre de acordo com a sua consciência. As pessoas que estão na Assembleia deverão ser independentes, porque a sua preocupação deve ser a de exercerem uma actividade fiscalizadora.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra disse que esta questão se transformou numa questão política e nada mais que isso neste momento. É legítimo que o PSD e o Movimento Amaramarante digam o que têm dito até aqui. Afinal eles são a oposição na Câmara Municipal. É legítimo que queiram atrasar o processo para um período pós eleitoral. Agora também é legítimo que a Câmara Municipal queira executar a obra o mais rápido possível. Existe já um processo de negociação, onde a Câmara já tem um preço e uma proposta. A oposição não pode vir agora dizer para que se volte a negociar. A única solução é comprar. Se não querem assim digam claramente à Câmara que não compre, mas que exproprie. A questão é muito simples. Ou votamos a proposta da Câmara, ou votamos a da Partido Socialista. Neste momento é importante que as pessoas percebam que ninguém vai negociar abaixo do preço da proposta. Se queremos avançar com o projecto e com a obra vamos comprar a parcela pequena. Se não querem então proponham que se avance com a proposta da Câmara.

DR. ABEL AFONSO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que existiam neste momento 3 propostas. Parece-lhe lógico que os negociadores, nomeadamente a Câmara, ficarão muito mais livres se não saírem daqui mandatados e condicionados pelos preços, porque a proposta do PS vai no sentido de renegociar o preço para uma só parcela, impondo até o preço de 37,50€. A proposta da firma que pretende vender, é de 37,50€ para 2 hectares. Não são 3000 metros. O preço para os 3000 metros não está definido nem aceite pelo proprietário. Independentemente das tricas políticas é importante que a Câmara saia daqui mandatada para negociar à vontade, sem qualquer condicionamento de preço a parcela que efectivamente é necessária para a obra.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, começou por dizer que o que está em discussão neste momento é uma proposta do Dr. Pedro Cunha que propõe o adiamento deste assunto para uma outra sessão. Deve ser só isso que neste momento deve ser discutido. A proposta do Dr. Pedro parte de um pressuposto ilegítimo. Parte de um principio de que o processo tem de ser todo renegociado porque não há nada negociado face aos novos dados. O que o PS propõe é que a Câmara face ao acórdão do Tribunal, compre apenas a parcela de que precisa e no segundo ponto que se aceite o preço de 37,50€ em processo de negociação, isto porque se é imposto um preço para a totalidade certamente não vão aceitar menos pela parcela. Isto parece lógico. A Assembleia, não tem competência para impor à Câmara preços para negociações. Adiar este ponto hoje não adianta nada. É pura perda de tempo. Há hoje todas as condições para deliberar o que for preciso para que se faça a negociação.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que aquilo que o Dr. Abel diz não inviabiliza em nada aquilo que a sua proposta refere. Não pretende com este adiamento ser um entrave à dinâmica da Câmara. Agora sabe que este assunto deve ser negociado sem pressa, até porque é preciso negociar outros terrenos. Se quase ninguém está de acordo com a proposta original porque não devolvê-la à Câmara, para que tudo seja de novo pensado e decidido com transparência?

DR. NORTE SIMÕES – BE

Disse que havia duas propostas quase iguais. A única questão em que diferem é no balizamento que o PS impõe. A outra não o tem, mas no fundo está implícito. Se se partir para uma negociação nunca o preço vai baixar dos 37,50€. Está confuso e se calhar vai ter de votar a favor as duas propostas porque elas são muito iguais.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – IND

No uso da palavra disse que pelas datas que agora conhece, julga que neste processo houve alguma precipitação. Se a Câmara só precisa da parcela dos 3000 metros, não tem que comprar mais nada. A Câmara tem que salvaguardar o interesse futuro e negociar na melhor condição. O proprietário não pode impor nada, não pode dizer que só se for na totalidade. A Câmara não tem de aceitar essas regras e apenas deve comprar a parte que lhe interessa. Vão ser precisos outros terrenos e pagá-los por aquele valor pra continuar a não ver problema nenhum resolvido, não lhe parece muito correcto. É preciso fazer ver às pessoas que o dinheiro não abunda.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por dizer ao senhor deputado Alcino Carvalho que ele tem razão quando diz que o Presidente da Câmara não se devia ter manifestado em termos de qualquer condicionamento de voto. Manifestou-se porque aquilo que se está hoje a passar na assembleia é vergonhoso. Nunca referiu que sempre que haja uma proposta tenha que ser sempre admitida. Sempre entendeu que não se devem aceitar propostas manifestamente ilegais e nem se devem aceitar propostas que levem apenas a um aumento indefinido da discussão e que por economia processual devem ser imediatamente rejeitadas. É uma vergonha admitir-se esta proposta porquê? Porque se esta proposta for votada, provavelmente, o Presidente da Câmara não pode responder às insinuações de falta de transparência e do que mais dirá na altura da discussão que foram levantadas na discussão da proposta anterior. E isto é miserável. O Dr. Pedro Cunha agora no final diz que tudo deve ser devolvido à Câmara e que ela trate isso com a maior transparência. Mas

entretanto, a Câmara pela voz do seu Presidente, se esta proposta for aceite, estará impedido de responder, coisa que também não fará, às acusações de falta de transparência levantadas pelo Dr. Pedro Cunha. Neste momento só usou da palavra para discutir esta e só esta proposta. E mais não dirá.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia disse então que estávamos na presença de 3 propostas que seriam referenciadas por A a da Câmara, por B a do PS e por C a do Dr. Pedro. A Assembleia tem de decidir agora o que se vai resolver perante este cenário. No seu entender parece-lhe que em primeiro lugar deve ser votada a da Câmara. No caso desta vencer, anulará as restantes. A proposta B só poderá ter viabilidade no caso de não vencimento da proposta A apresentada pela Câmara. Também pode acontecer que seja rejeitada. Nessa altura passaremos à proposta do adiamento, apresentada pelo Dr. Pedro Cunha. Entretanto O Dr. Abel Coelho pediu a palavra para dizer que há a proposta da Câmara e uma outra proposta para retirar o ponto da discussão. Sendo assim como é que vai ser feita a votação? Se há um assunto em discussão e há uma proposta para adiamento, essa tem de ser a primeira a ser votada. Isto é: adia-se ou não? Não se adiando damos o passo seguinte. Se pusermos já a proposta da Câmara à votação baralhamos todo este esquema.

O Dr. Celso Freitas disse-lhe então que essa seria uma solução prática e que resolveria um problema e evitaria constrangimentos que possam surgir.

Deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que começou por dizer que esta ultima proposta foi admitida e discutida. Se for votada favoravelmente anula todo o trabalho que foi feito até aqui. Como quer ser correcto do ponto de vista formal, não vai falar agora nem da proposta da Câmara nem da proposta alternativa do PS. Nem sequer vai agora responder às insinuações da segunda proposta., apresentada pelo Dr. Pedro Cunha

SR. ALCINO CARVALHO – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que a proposta do PS quando apareceu devia ter sido discutida e de imediato votada. Assim, isto deu origem a que fosse apresentada uma outra proposta que entretanto foi aceite e tem de ser votada. Como nada disto foi feito há agora 3 propostas. Aquilo que o Dr. Abel Coelho referiu tem toda a legitimidade. É por aí que devemos começar. Agora vamos ter de inverter as coisas. A proposta da Câmara tem efectivamente de ser discutida e votada. Na actual situação, deve votar-se em primeiro lugar a proposta do Dr. Pedro Cunha. Depois a do PS e só depois a da Câmara.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs então a votação da proposta do Dr. Pedro Cunha em primeiro lugar. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 39 dos deputados do PS

ABSTENÇÕES – 2 dos senhores deputados Ilidio Pinto e Agostinho de Moura.

VOTOS A FAVOR – 35 dos deputados do AFT, PSD e BE

Perante esta votação, a proposta foi rejeitada.

Apurado este resultado, o senhor Dr. Celso Freitas, referiu que os problemas ainda não acabaram para a Mesa, até porque foi há instantes alertado para o facto da proposta da Câmara ainda não ter sido discutida. Sendo assim, vai ser dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

Usou de seguida a palavra o senhor Presidente da Câmara.

DR. ARMINDO ABREU - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que queria fazer em primeiro lugar algumas considerações acerca deste assunto. Assim, uma das coisas que o deixa menos à vontade é a possibilidade da crítica de falta de transparência, nomeadamente na aquisição de terrenos, porque fica sempre a pairar a ideia que há pressões, que há favorecimento. Nisto tem sempre muito cuidado. Quando faz propostas para a aquisição de terrenos salvaguarda sempre a possibilidade de discutir frontalmente essas questões. Não quer que nenhum senhor deputado tenha a posição que o senhor Dr. Pedro Cunha teve de insinuar a possibilidade de falta de transparência, de não querer que a Assembleia recomende uma determinada actuação e devolva à Câmara a situação de novo sem qualquer recomendação para que possa continuar a pairar situações de desconfiança. Não sabe se isso foi feito conscientemente ou não. O que é certo é que foi feito. Como a aquisição de terrenos é sempre uma matéria muito sensível tem sempre muito cuidado e na devida altura provará que não há qualquer falta de transparência.

Continuou a sua intervenção dizendo que quando fez a proposta à Câmara fê-lo na convicção de que resolveria por negociação particular todas as questões dos terrenos. Do lado esquerdo estão as situações todas resolvidas. Do lado direito, no sentido Sul/Norte há 2 situações a resolver. Uma parte tem a ver com os terrenos da Pinto Moreira. A outra questão prende-se com os terrenos da família Matias Magalhães.

Sabendo como os tribunais funcionam, fica pouco vinculado à questão das **expropriações**. O terreno vale o que o mercado der por ele e depende das circunstâncias. É uma atitude de bom senso contribuir para que as coisas sejam decididas. Desde o dia em que foi feita a proposta aconteceram duas coisas; foi publicado o acórdão do Tribunal Constitucional do qual não teve conhecimento atempadamente, isto é antes de elaborar a proposta. Esse acórdão não se impõe ainda aos tribunais comuns. Se houver mais dois é que já fará força obrigatória geral.

Por outro lado, quando fez a proposta, tinha a convicção que seria possível resolver o problema de uma forma amigável, de comum acordo com a família Matias Magalhães.

Ao Dr. Cunha disse ainda que para além do Presidente da Câmara é também Presidente da Concelhia do PS. Havendo alterações das

circunstâncias é evidente que a vontade pode mudar. Então, quando se trata de transparência muda sempre. Nestes assunto age sempre com total transparência e seriedade.

Disse ao Dr. Simões que neste momento não há efectivamente necessidade de tanto terreno, mas quem está no poder tenta sempre projectar a sua influência e a sua visão das coisas para além do seu próprio mandato. Muito mau autarca será aquele em que a sua visão se confina apenas aos 4 anos de mandato. A experiência que temos em Amarante é que todas as linhas de água acabaram por ser cobertas. Construiu-se em cima de linhas de água e em terrenos inapropriados. Ninguém nos garante que de futuro isso não poderá vir a acontecer.

Não tem dúvidas absolutamente nenhuma que este terreno há-de ser mais tarde classificado numa outra coisa. E é nesta perspectiva que entende que o preço é aceitável. Na proposta admite poder haver uma solução contrária. Não vinculou a Assembleia nem o partido a qualquer posição porque ele próprio faz essa ressalva. Acham interessante que se compre o terreno, mas se for entendido que não também aceitará.

Aliás, se não fosse para comprar o terreno todo não seria necessário trazer qualquer proposta à Assembleia. Mas já que o processo veio à Assembleia não fica mal a esta dizer se acha correcto ou não, mesmo para a outra parte do terreno que o preço seja de 37,50€, mesmo que isso não valha. Estamos a trabalhar para este caso e para casos futuros. Depois do que se disse aqui hoje sobre isto é correcto ou não é correcto a Câmara para resolver por exemplo o problema da estrada de ligação de Murgido à Póvoa oferecer aos proprietários 15 €/m². Se formos pelo critério do acórdão, esse terreno será bem pago a 1€/m². que é o valor de um terreno numa escarpa daquelas. Quando aqui se tomam certas atitudes, temos que saber que elas são tomadas para agora e para o futuro. O que aqui foi dito vai constituir uma regra para o futuro. E quem o disse e do modo como o disse tem que lá fora assumir essa responsabilidade. De hoje para o futuro não se vai preocupar em saber quanto é que o município vai pagar numa expropriação. Vai guiar-se por critérios perfeitamente objectivos do acórdão do Tribunal, a menos que o Tribunal Constitucional venha a invertê-lo. Como estamos no domínio da autonomia da vontade, a Câmara não vai conseguir comprar nenhum terreno por comum acordo. Não o conseguindo comprar dessa forma, vamos para as expropriações e teremos a posse dos terrenos quando for possível. Brevemente vai ser preciso comprar terrenos para Centros Escolares. Vai mandar avaliar os terrenos. O valor da avaliação ditará o valor a propor. Se não se chegar a acordo, espera-se e a obra far-se-à quando o Tribunal decidir.

Quando elaborou a proposta sabia que isto era uma matéria sensível. Quando trouxe o assunto à Câmara, foi pedido e bem um adiamento. A assembleia mais tarde adia-o também. Nesta assembleia aparece uma proposta que diz para adiar e a Câmara que resolva. Do ponto de vista político o Presidente da Câmara tem de ser sensível aos sinais. Agora quem insinua tem de assumir as suas próprias responsabilidades. O Dr. Pedro em tempos disse que 37,50€ era caro.

Agora que leu a declaração do seu vereador já acha que o preço está bem.

O vendedor está no seu pleno direito quando diz que por negociação particular vende tudo. O primeiro valor que pediu foi de 75€. Será que querem que quando se começa a comprar um terreno se venha perguntar à Assembleia por que preço o quer comprar? Há outra forma de comprar que não seja a habitual. É evidente que um vendedor pede sempre mais do que aquilo vai mais tarde receber depois de haver um processo de negociação. Se querem o método da expropriação para todas as situações digam-no já, mas assumam-no.

DR. PEDRO CUNHA –PSD

No uso da palavra começou por dizer ao senhor Presidente da Câmara que ele tinha a obrigação de já o conhecer bem e como tal não o devia ter acusado da forma que o acusou. Seguidamente disse-lhe que ele devia ter ido ao otorrino, porque estava a ouvir muito mal, porque ouviu coisas que ele não disse.

Depois disse-lhe que em tempos o avisou para não fazer preço aos taludes do Salto, onde estão hoje as bombas de gasolina porque um dia ia precisar deles. Não quis ouvir e atribuiu-lhe um preço de 75€. Negociou e baixou-o para 37,50€. Perante isto, o que na sua intervenção disse, foi que o senhor Presidente da Câmara não tinha moral para comprar a um preço inferior àquele que vendeu. Em relação àquilo que disse e que o ofendeu, porque ficou ofendido, o senhor Presidente fez uma renegociação com o promotor vendedor e chegou a um acordo. Esse acordo foi transcrito para uma proposta. O Presidente da Câmara deve ter uma cara e uma palavra. A intervenção que anteriormente fez foi feita com o sentido de preservar a palavra do senhor Presidente da Câmara, sendo que foi ele que fez a renegociação sabendo de antemão que já teria de renegociar aqueles terrenos. E já sabia, porque já tinha conhecimento do acórdão do Tribunal de Contas. Se não tinha conhecimento, tinha-o o Partido Socialista. Se assim foi devia era demitir-se de Presidente do Partido.

Esta proposta não cai aqui por acaso. Cai vinda do Partido Socialista. Por uma questão de dignidade, por uma questão de respeito pelo cargo que ocupa, por respeito à assembleia, não devia ter permitido que este ponto tivesse chegado onde chegou e devia ter sido o primeiro a retirá-lo, renegociando de novo com o vendedor.

Não foi com a intenção de lhe faltar ao respeito ou de o acusar de falta de transparência, porque nunca o faria, não admite que o senhor Presidente da Câmara tenha dito o que disse. Quem falou em falta de transparência e em corrupção não foi ele. Terminou a sua intervenção dizendo ao senhor Presidente da Câmara para ouvir a gravação e se tiver algum bocadinho de hombridade devia pedir-lhe desculpa.

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, disse que estamos perante duas propostas. Referiu alguma especulação à volta do preço e também alguma falta de

justiça. O acórdão vem pôr alguma ordem. Os proprietários têm de se convencer de uma vez por todas que a venda de terrenos tem condicionantes. Será que alguém está interessado em comprar um terreno com condicionantes? Preço de mercado? Mas que preço de mercado? O Senhor Presidente falou em visão de futuro. Mas que futuro há para aqueles terrenos? É lógico que a Câmara pode fazer sempre qualquer coisa, nem que seja um Parque infantil. Agora está de acordo com a forma de actuar que se propõe.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, disse ao Dr. Pedro Cunha que o termo falta de transparência é um conceito de direito. Tem de se ter conhecimento dos factos de direito. Quando uma pessoa acusa outra tem que fundamentar os factos. O terreno que foi ocupado não era um talude, mas sim a parte restante de uma expropriação. Nessa altura não estava ainda aprovado o PDM, os critérios eram outros. O terreno ocupado, ainda hoje, é terreno de construção. O melhor é não confundir as coisas.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra disse que começou por perguntar em primeiro lugar ao Dr. Abel Coelho qual era a data do acórdão do tribunal Constitucional. Foi-lhe dito que a data era 12/12/06. A proposta foi à Câmara em 18/12/06. Essa data está na proposta. O que está em questão é que passados 2 meses e meio senhor Presidente não conhecia a Proposta do Partido Socialista, que é contrária à da Câmara. Enquanto Presidente da Câmara e Presidente do Partido devia ter conhecimento dela. Se não tinha é porque está dissociado do Partido.

Seguidamente perguntou ao senhor Presidente da Câmara em que momento é que ele o ouviu dizer que na negociação não tinha havido transparência? Onde é que ouviu dizer que havia corrupção ou falta de transparência? Da sua boca nunca ouviu isso. Por isso é que vai ficar à espera de um pedido de desculpas da parte do senhor Presidente.

Usou de novo a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, para lhe dizer que não o disse directamente, mas que a ele não o impede de fazer os seus juízos de valor. Se o Dr. Pedro entende então que a proposta da Câmara é boa, vote a favor.

Entretanto o senhor Presidente da Assembleia disse aos presentes que a proposta do PS não contraria a da Câmara. Propôs que se vote a da Câmara na generalidade e só depois a do PS, introduzindo à da Câmara as devidas alterações.

Por sua vez, o senhor deputado **Alcino Carvalho**, usou da palavra para dizer que a proposta do PS tem efectivamente falhas. A proposta da Câmara deve ser votada em primeiro lugar. Se for aprovada está o problema resolvido. Se não for aprovada vai ter o PS de refazer a sua proposta.

Por sua vez o senhor **Presidente da Câmara** disse que o que interessa decidir é se se compra tudo ou apenas uma parcela. A proposta do PS é apenas uma recomendação. Pelo que se propõe, a Câmara apenas terá de dizer aos proprietários que pagará o terreno a 37,50€. Se eles disserem que não dir-lhes-à que avançará para a expropriação. Se a proposta do PS tiver vencimento o problema fica resolvido, sendo que a actual proposta anula a da Câmara, que fica desvinculada daquilo a que inicialmente se propôs.

Foi então votada a proposta **-B-** a do PS. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 12

ABSTENÇÕES – 22

VOTOS A FAVOR – 39

A minuta foi aprovada por unanimidade.

O senhor Alcino Carvalho fez uma declaração de voto, dizendo que votou favoravelmente a proposta do PS porque entende que esta obra é fundamental para Amarante. Já na década de 80 a Câmara recebeu dinheiro da REFER para aquela obra. A acessibilidade que se pretende levar a efeito é muito importante para Amarante e se andarmos aqui com a proposta para trás e para a frente, nunca mais temos obra.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DA PROGRAMAÇÃO FUNCIONAL DO NOVO HOSPITAL

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

O Senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Este ponto foi agendado pelo PSD, por entendermos que há esclarecimentos de âmbito Concelhio e de relevada importância a prestar à Assembleia Municipal, legitimo Órgão representativo de todos os Amarantinos.

Exmo. Snr. Presidente da Mesa da Assembleia, no âmbito das competências atribuídas a V/ Exa. e ao Snr. Presidente da Câmara, enquanto mandatados, como responsáveis pelo acompanhamento do Programa Funcional para o novo Hospital de Amarante, entendemos que após acto público da assinatura do Contrato Programa pelo, Senhor Ministro da Saúde em Amarante e que homologa o referido relatório do Programa Funcional, até ao momento não houve oportunidade de haver qualquer informação.

Assim o Grupo Municipal do PSD, gostaria de ver esclarecidas pelo Snr. Presidente da Câmara algumas e mais frequentes interrogações:

Há conhecimento por V. Exa. de algumas alterações que até ao momento tenham sido alteradas no referido Relatório e de forma

vinculativa? Pois o Snr. Ministro alegou que o Relatório não estaria em versão final e que poderia ainda vir a sofrer alterações.

- A configuração da Urgência, mantém-se como SUP com apoio médico Cirúrgico conforme ficou acordado em acta aquando da reunião a Lisboa?

- O horário de atendimento será das 08h às 22h, 7 dias por semana?

- Os funcionários que terão forçosamente de mudar de quadro laboral, estão a ser devidamente acompanhados e integrados no novo Centro Hospitalar?

Gostaríamos então de poder ser informados pelo Snr. Presidente da Câmara, do acompanhamento realizado e das diversas diligências efectuadas, que possam garantir uma equilibrada transição/alteração em todos os agentes envolvidos, para o novo Centro Hospitalar.”

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que a informação que pode dar em relação à programação é que não há alteração nenhuma a não ser aquela que resulta do despacho do Senhor Ministro que prevê que depois da implementação do hospital poderá haver uma ou outra alteração de pormenor. Disse também que enquanto for Presidente da Câmara o acordo celebrado entre a Câmara e o senhor Ministro será para cumprir. Vamos ter uma urgência médico/cirúrgica até às 22 horas, bem como um hospital de proximidade com ambulatório que desejavelmente ultrapassará os 70%. Haverá ainda a introdução de novas especialidades que até agora não existiam. A outra medida a tomar, será rentabilizar aquilo que já existe e pôr a funcionar aquilo que funciona mal, ou mesmo que não funciona.

Dr. PEDRO DA CUNHA – PSD

No uso da palavra começou por dizer que queria trazer à Assembleia as suas preocupações e se calhar a da maioria das pessoas.

Disse que o Senhor Ministro prometeu uma urgência básica com apoio médico cirúrgico até às 22 horas. Há um documento técnico saído da rede de urgências onde está escrito: Rede de urgência proposta – Hospital S. Gonçalo - Amarante – 7 – *Serviço de urgência básica com apoio cirúrgico das 8 às 20 horas.* e não 22 horas a encerrar no contexto da integração do centro Hospitalar do Vale do Sousa/Amarante. Aqui temos duas questões: a encerrar o quê? O apoio médico/cirúrgico ou tudo? Já se discutiu isto com alguma profundidade no hospital e todos as pessoas se inclinam para o encerramento total. É uma preocupação que todos devemos ter, tanto mais que o centro de decisão de tudo isto está a passar perfeitamente ao lado do hospital de S. Gonçalo e dos profissionais que o integram. Ninguém sabe de nada, ninguém tem conhecimento de nada. Hoje os profissionais de saúde são pessoas tristes e desmotivadas reflectindo-se isso na própria produção do hospital. É urgente que se defina de uma vez por todas como, quando e em que moldes se vai fazer o centro hospitalar.

Será que alguém acredita que o mesmo patrão tendo 2 fábricas num raio de 20 Km, vai pagar horas extraordinárias nas duas? Pensa que não porque uma delas vai cair e não é difícil perceber qual a que vai cair.

É sua preocupação também o facto de que quando da vinda do senhor Ministro em 8 de Janeiro para assinar o protocolo, tenha dito que esse mesmo protocolo que acabara de assinar tinha de ser reformulado em alguns pontos até ao dia 22 de Janeiro. Passou um mês e ainda ninguém sabe nada acerca da reformulação. A única coisa que se sabe é que havia duas correntes. Uma que era a corrente de algumas pessoas que integravam a comissão que elaborou o protocolo onde se dizia que o fecho seria às 22 horas. A outra corrente seria a de alguns elementos da ARS, que diziam que o hospital funcionaria como vulgar centro de saúde a fazer cirurgia de ambulatório, com as atribuições que a cirurgia de ambulatório tem.

Quando se diz que se vão fazer 3 blocos operatórios e quando se disse que o hospital era para não ter camas, mesmo assim foi na altura apontado um número de camas. Assim, falando em cirurgia de ambulatório o hospital vai precisar de 42 camas. Se cada Bloco produzir 7 cirurgias por período, isto dará 42 doentes/dia. Se assim for haverá vários problemas, porque mediante o que for operado haverá sempre um dia de internamento. Acoplando isso a outras especialidades isso seria o impensável. Por estas razões quer alertar para duas coisas fundamentais e básicas. A primeira é saber o que vai acontecer ao serviço de urgência do hospital. A segunda é saber se o serviço de urgências do hospital vai funcionar e com que especialidades no âmbito médico/cirúrgico. Será só no apoio dos doentes que vão ser operados em Penafiel? Vai manter-se todo o apoio técnico que o hospital tem neste momento?

É preciso esclarecer tudo isto para podermos dizer se Amarante vai ter um hospital ou apenas um centro de saúde onde vão ser feitas algumas pequenas intervenções. A sua preocupação é pois saber se este protocolo vai ou não ser penoso para Amarante. Deve alertar-se para o tipo de cirurgias vão ser feitas no âmbito do ambulatório, sabendo-se que afinal os blocos operatórios vão ser 3, porque o dinheiro que vai ser investido vai ser muito, pelo que terão de ser rentabilizados 12 horas por dia. Atendendo que os doentes operados durante a tarde, terão alta no próprio dia, sempre autorizada pelo primeiro responsável do bloco operatório que é o anestesista. É o anestesista que tem de dizer em 1º lugar se o doente está nas perfeitas condições cognitivas para poder ter alta. Se o anestesista não lhe der alta o doente tem de ficar internado. Pergunta então se alguém acredita que um doente operado às 6 horas da tarde tem possibilidade de ter alta 1 hora depois de ter sido operado, ou mesmo até às 20 horas. Se assim for os blocos operatórios não poderão operar durante a tarde. Há portanto questões no protocolo que são elementares e fundamentais. Se não se fizer isso não vamos ter hospital nenhum. Vamos ter umas paredes parecidas com um hospital, mas que não vão funcionar como tal. Isto são as preocupações de algumas pessoas que trabalham no hospital.

Que integração vão ter as pessoas que hoje trabalham no hospital? Há pessoas que vêm para cá no âmbito das consultas. Há outras que vão

no mesmo âmbito. Estas transferências vão dar-se em que condições? Em que ponto da carreira profissional? Como vão ser integradas? Sabe-se é que todo o processo está a ser tratado à margem de quem lá trabalha, o que é muito desmotivador. É preciso muito rapidamente descansar as pessoas. Com este documento tudo se torna muito penoso.

Entretanto o senhor **Presidente da Câmara** disse que não é da área da saúde e como tal não vai entrar nessas questões. Sabe é que os serviços médico/cirúrgicos serão os mesmos de agora. E é esta a certeza que neste momento tem certeza essa dada pelo senhor Vice Presidente da ARS. Provavelmente os serviços vão funcionar melhor do que até agora funcionam porque já não funcionavam uma vez que raras vezes havia doentes para além das 22 horas. Foi preciso ir a Lisboa para saber que em Amarante há listas de espera em algumas especialidades, listas essas injustificadas. Como Presidente apenas quer o melhor para Amarante nas questões de saúde. Amarante deve ter os melhores serviços de saúde possíveis. Se isso não acontecer é preferível que as pessoas sejam tratadas noutros locais onde sejam bem tratadas. Em segundo lugar interessa-lhe a questão simbólica e em terceiro lugar interessa a questão do trabalho. O nascer aqui e o morrer aqui não passa de um romance.

O Presidente da Câmara não tem de ser responsável pelos interesses de várias corporações. Se houver deslocação de pessoal, deverá ser estudada e pelo menos tentar-se-à assegurar o transporte.

Deu a conhecer uma conversa que o senhor ministro teve com uma médica do centro de saúde de Vila Meã acerca das Unidades Familiares de Saúde, onde a senhora que falava com o senhor ministro lhe dizia que não tinha interesse nesse tipo de Unidades, que estava em fim de carreira para enfrentar novos desafios etc.. Rapidamente mudou de opinião quando o senhor Ministro lhe falou que as condições salariais não eram más, que os médicos não eram prejudicados, o que a fez repentinamente mudar de opinião. Perante esta nova reacção o senhor ministro disse-lhe então que sabia que ela afinal era uma pessoa empenhada e não seria o factor condição económica que a impediria de continuar a ser uma médica empenhada.

Usou de novo a palavra o senhor deputado **Dr. PEDRO CUNHA** do **PSD**, que disse que às vezes não é preciso ir a Lisboa para saber muitas coisas. Perguntou ao senhor Presidente se ele sabia donde vieram os últimos doentes que foram operados em Amarante? Como não sabia, disse-lhe que vieram de Alcobaça, de Leiria e da Marinha Grande. Isto quer dizer que as listas de espera não existem só no hospital de Amarante. O seu serviço está a chamar doentes de Janeiro de 2007. Quando o senhor Ministro veio a Amarante, o chefe de serviço nesse dia era ele. Foi cumprimentado por ele e nessa mesma altura o senhor Presidente da Câmara, disse ao senhor Ministro: este senhor é o Dr. Pedro o chefe da oposição cá do sitio. Isto é a verdade. A grande questão é que o senhor Presidente da Câmara não pode nesta altura dizer que já fez a sua parte e daí já lavou as mãos. Terminou a sua intervenção

dizendo ao senhor Presidente da Câmara que não tem nada contra ele, antes pelo contrário, mas prefere que o Presidente da Câmara tenha cumprido o papel histórico de ter um novo hospital capaz e credível, do que amanhã ter de o acusar de ter falhado nesse pressuposto.

Quando eram 14 horas e depois de cumprida toda a agenda de trabalhos previamente definida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada a presente acta, que depois de aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos seus Secretários

O PRESIDENTE_____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO_____

O SEGUNDO SECRETÁRIO_____

